

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right corner.

🌐 aepenafiel.pt

2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

- Relatório
- Balanço
- Conta da Gerência
- Parecer do Conselho Fiscal



ASSOCIAÇÃO
EMPRESARIAL
DE PENAFIEL



1. Relatório da Direção

Com o propósito de cumprir o estabelecido nos Estatutos da Associação Empresarial de Penafiel, doravante designada por AEP, e de dar conhecimento aos Senhores Associados da atividade desenvolvida pela Associação ao longo do ano de 2025, apresenta-se para apreciação, análise e votação o presente Relatório de Atividades. Este documento procura evidenciar os principais acontecimentos e iniciativas que marcaram este período, correspondente ao terceiro e último ano do mandato dos atuais Corpos Sociais, eleitos em março de 2023.

Em anexo ao presente relatório seguem igualmente o Balanço e as Contas referentes ao exercício de 2025, para apreciação, discussão e votação por parte dos Associados. É ainda disponibilizado, para conhecimento, o Parecer do Conselho Fiscal relativo às orientações seguidas pela Direção e às contas apresentadas para este exercício, conforme estipulado na alínea b) do artigo 30.º dos Estatutos, bem como o respetivo Relatório de Auditoria.

Considerando que a Assembleia Geral integra todos os Associados da AEP, espera-se que este seja o espaço privilegiado para uma análise rigorosa da gestão e da atividade desenvolvida pela Direção, bem como das linhas de orientação seguidas, dos resultados alcançados e das perspetivas de desenvolvimento futuro da Associação.

É igualmente desejável que, no âmbito da Assembleia Geral de apreciação do exercício agora concluído, os Senhores Associados participem de forma ativa, contribuindo com sugestões, propostas e ideias que possam reforçar e enriquecer a atividade futura da Associação.

O exercício agora terminado corresponde ao terceiro e último ano do mandato dos atuais Corpos Sociais e ficou marcado por um período de estabilidade institucional e de forte dinâmica operacional. Este período caracterizou-se pelo funcionamento regular da estrutura associativa, pela consolidação das relações laborais com colaboradores e prestadores de serviços e pelo reforço da intervenção da Associação junto do tecido empresarial.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A atividade desenvolvida ao longo deste ano exigiu, simultaneamente, uma gestão prudente e atenta, com o objetivo de garantir a estabilidade orgânica, financeira e operacional da Associação. Essa estabilidade traduziu-se, entre outros aspetos, num resultado líquido positivo de quase 300 mil euros, na consolidação da credibilidade institucional junto das entidades bancárias e na continuidade da aposta em projetos e iniciativas que visam o fortalecimento da atividade empresarial e associativa.



Paralelamente, manteve-se o empenho na definição de uma estratégia orientada para o futuro, procurando assegurar as condições necessárias para que a Associação continue a desenvolver a sua atividade com solidez, capacidade de inovação e visão estratégica para os próximos anos.

No plano macroeconómico internacional, o ano ficou igualmente marcado por um contexto de alguma instabilidade económica, influenciado por diversos fatores externos. Entre estes destacam-se a persistência de conflitos militares na Europa e no Médio Oriente, bem como as incertezas decorrentes da atuação da atual administração dos Estados Unidos da América, que continua a ameaçar romper acordos comerciais e aduaneiros internacionais existentes, com o reforço de políticas comerciais mais

protecionistas, nomeadamente através do aumento de tarifas aduaneiras. Este cenário contribuiu para um clima de incerteza nos mercados e para alguma retração no crescimento do investimento privado.

A nível nacional, o elevado número de atos eleitorais verificado no último ano originou também, como frequentemente sucede em períodos de transição política, algum abrandamento na atuação de determinados organismos da administração pública, o que acabou por refletir-se, em certos momentos, no normal funcionamento de alguns processos administrativos com impacto na atividade económica. Perante este enquadramento, o exercício agora analisado voltou a exigir da Direção um elevado nível de compromisso, dedicação e sentido de responsabilidade. Tal como em anos anteriores, a atuação da Direção manteve-se orientada pela missão estatutária da Associação: representar os interesses dos seus Associados e promover o desenvolvimento da atividade empresarial no concelho e na região. Neste contexto, foram desenvolvidas diversas iniciativas e projetos com o objetivo de criar valor para os empresários, reforçar o associativismo e consolidar as bases de um futuro sustentado para a Associação. Procurou-se igualmente garantir que os Associados se revejam nesta instituição centenária, que continua empenhada em adaptar-se às exigências de um contexto económico e empresarial cada vez mais desafiante.

Ao longo deste período, a AEP procurou manter uma postura de renovação permanente, ajustando a sua atuação às novas necessidades do tecido empresarial e reforçando a imagem de uma entidade credível, responsável e cumpridora dos compromissos assumidos com os seus parceiros institucionais e com os seus Associados.

A estabilidade financeira alcançada e reforçada ao longo deste exercício - refletida nos resultados evidenciados nas demonstrações financeiras presentes neste Relatório - resulta do trabalho rigoroso desenvolvido por toda a equipa da AEP. Esta solidez permite à Associação continuar a desenvolver projetos estruturantes que promovam o associativismo e reforcem a proximidade com os empresários.

Nesse sentido, a atuação da Associação manteve-se orientada para um conhecimento cada vez mais aprofundado das necessidades das empresas, procurando identificar soluções para os desafios que afetam o tecido empresarial, enquanto se reforça o papel da AEP como parceiro ativo no desenvolvimento económico da região.

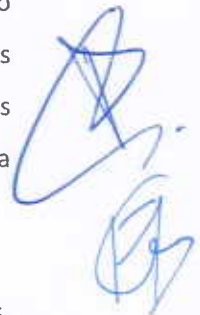
2. Funcionamento Interno

O ano de 2025 decorreu em linha com as orientações estratégicas que têm vindo a nortear a atuação da Associação nos últimos anos. A atividade desenvolvida manteve-se enquadrada por um clima de equilíbrio orgânico e diretivo, organizacional, funcional e financeiro, fatores que contribuíram para assegurar o normal funcionamento dos diversos departamentos da AEP.

É com um sentido de responsabilidade e dever cumprido que se constata que, à semelhança dos anos anteriores, 2025 se revelou um período de intensa atividade e dinamismo por parte da Associação Empresarial de Penafiel. A atuação da AEP manteve-se focada na concretização da sua missão institucional: apoiar o desenvolvimento das empresas da região, contribuir para a qualificação das populações e promover o crescimento económico do território.

Importa igualmente destacar, no âmbito do tradicional **Jantar Anual do Associado**, a homenagem prestada a duas individualidades que, enquanto exerceram as suas funções, sempre reconheceram na Associação Empresarial de Penafiel um verdadeiro parceiro, tratando a nossa entidade com respeito, diplomacia e, também importante, com amizade, como foram os casos do Dr. Antonino Aurélio Vieira de Sousa e do Dr. António José Sousa Pinto.





Durante todo o exercício procurou-se respeitar e concretizar aquele que permanece como o objetivo central da Direção e de toda a estrutura da Associação: servir as empresas associadas, representá-las junto das entidades competentes, defender os seus interesses e apoiar a concretização dos seus projetos de investimento, crescimento e internacionalização, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade dos seus negócios.

No desenvolvimento das suas atividades quotidianas, e com vista à concretização destes objetivos, foram asseguradas diversas tarefas de natureza técnica e administrativa. Entre estas destacam-se o cumprimento das exigências decorrentes da legislação contabilística e fiscal, a prestação de esclarecimentos e informações aos Associados sobre matérias relacionadas com a sua atividade empresarial, bem como o enquadramento das suas empresas em eventuais candidaturas a fundos comunitários ou a medidas de apoio ao emprego e à atividade económica.

Foram igualmente promovidas ações de formação ajustadas às necessidades concretas das empresas, procurando responder às exigências específicas dos diferentes setores de atividade. Paralelamente, a Associação manteve um acompanhamento próximo dos seus Associados, prestando apoio técnico e aconselhamento em diversas áreas relacionadas com a gestão e desenvolvimento empresarial.

Ao longo do ano, a AEP continuou a trabalhar no reforço da sua imagem institucional junto dos Associados, procurando afirmar-se como uma entidade competente, dinâmica e conhecedora da realidade empresarial. A intenção foi, sempre que possível, responder de forma eficaz às solicitações recebidas e assumir-se como um parceiro útil para todos aqueles que recorrem à Associação em busca de apoio ou orientação.

Também junto das empresas recentemente criadas ou em fase inicial de atividade — frequentemente mais vulneráveis às dificuldades de acesso ao mercado — a Associação procurou manter uma atitude proativa, incentivando a adesão de novos Associados e contribuindo para o alargamento da sua representatividade. Simultaneamente, foi garantido o acompanhamento necessário para apoiar estas empresas nos primeiros passos do seu percurso empresarial.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O reconhecimento da competência técnica demonstrada pela Associação, frequentemente manifestado pelos seus parceiros institucionais e pelos próprios Associados, constitui um importante incentivo para a continuidade do trabalho desenvolvido. Os resultados alcançados na execução dos diversos projetos promovidos pela AEP demonstram, de forma clara, a qualidade do desempenho da sua equipa técnica.



Este reconhecimento tem igualmente sido evidenciado pelas avaliações realizadas pelas entidades responsáveis pela gestão dos programas e projetos executados pela Associação, que reiteradamente têm confirmado elevados níveis de qualidade na execução e no cumprimento das normas aplicáveis.

Face a estes resultados, a Direção mantém o firme propósito de continuar a apostar na valorização e no aperfeiçoamento profissional dos seus quadros técnicos, assegurando que a Associação dispõe das competências necessárias para responder às exigências crescentes do contexto empresarial.



3. Fomento Associativo

O ano de 2025 voltou a revelar-se particularmente exigente para o movimento associativo, para as empresas e para os empresários. Após um período prolongado marcado pela necessidade constante de adaptação a desafios económicos e financeiros, decorrentes da instabilidade dos mercados internacionais, do aumento dos custos das matérias-primas e dos transportes, bem como das consequências dos conflitos armados em várias regiões do mundo, o contexto global manteve-se caracterizado por elevados níveis de incerteza.

Acresce ainda que, no plano internacional, se continuou a verificar uma tendência crescente para o reforço de investimentos públicos no setor da defesa e armamento, muitas vezes em detrimento de investimentos noutras áreas da economia com impacto direto no crescimento económico e no desenvolvimento empresarial. Esta realidade contribuiu para um clima de cautela por parte dos empresários, sobretudo no que respeita à previsibilidade do funcionamento dos mercados externos, com particular destaque para o espaço europeu.

Neste contexto, a atuação da AEP manteve-se centrada na representação dos interesses dos seus Associados junto das entidades públicas, procurando simultaneamente acompanhar de perto os empresários na identificação de oportunidades de financiamento e apoio existentes no âmbito de programas como o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

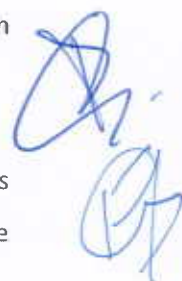
Contudo, importa referir que as oportunidades de financiamento disponíveis para o setor empresarial continuaram, mais um ano, a ser relativamente limitadas ou direcionadas para áreas muito específicas de atividade, circunstância que, por vezes, restringe o acesso de um número significativo de empresas a estes instrumentos de apoio, sobretudo as micro empresas que representam a maioria esmagadora do tecido económico local.

Ao longo deste período, a AEP procurou reforçar o papel do associativismo como forma organizada de representação e cooperação entre empresas, promovendo um espírito de partilha de recursos, experiências e necessidades comuns. Neste sentido, a Associação procurou afirmar-se como uma



estrutura útil e relevante para todos aqueles que com ela se relacionam, transmitindo uma imagem de credibilidade, confiança e capacidade de intervenção.

Em diversas ocasiões, a AEP assumiu novamente o papel de interlocutora dos empresários junto das entidades públicas, tanto a nível central como local, procurando sempre contribuir para a criação de valor e para a identificação de soluções que respondam aos desafios enfrentados pelas empresas.



No que respeita à evolução da base associativa, e à semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, registou-se um crescimento sustentado do número de Associados. Este crescimento verificou-se não apenas em termos quantitativos, mas também ao nível da diversidade de setores de atividade representados e da dispersão geográfica no concelho de Penafiel, reforçando assim a representatividade e a solidez institucional da Associação.

Apesar das limitações impostas pelo contexto económico e social e da persistência de algum afastamento de parte do tecido empresarial relativamente ao movimento associativo, a AEP procurou, dentro das suas possibilidades, contribuir para a dinamização da economia local, para a defesa eficaz dos interesses dos seus Associados e para a valorização do papel desta instituição centenária.

Relativamente à participação da Associação no CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, a AEP continuou a desempenhar um papel ativo no exercício do cargo de Vice-Presidência, assumindo simultaneamente a responsabilidade pelo pelouro da Tesouraria. Neste âmbito, foi possível prestar um contributo relevante para a recuperação e consolidação da estabilidade financeira desta entidade, que, finalmente, parece ter alcançado uma situação equilibrada, o que permitirá, no futuro próximo, o desenvolvimento de projetos que contribuam para a valorização do associativismo e para o fortalecimento da atividade empresarial na região.

Paralelamente, a AEP manteve também uma participação ativa nas organizações associativas de âmbito nacional das quais é membro, nomeadamente na Associação Empresarial de Portugal e na Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, contribuindo para a reflexão e defesa dos interesses do setor empresarial a uma escala mais alargada.



4. Relações Institucionais

A Associação Empresarial de Penafiel, no cumprimento da sua missão estatutária, do legado histórico que a caracteriza e da posição que atualmente ocupa no panorama institucional do concelho e da região, tem pautado a sua atuação por uma postura de diálogo, cooperação e respeito institucional com as diversas entidades com as quais mantém relações.

Ao longo de 2025, manteve-se esta linha de atuação, promovendo relações institucionais baseadas na colaboração e na procura de soluções conjuntas que contribuam para o bem comum. Em diversas circunstâncias, e sem comprometer o espírito de cooperação que tem caracterizado estas relações, a AEP procurou afirmar de forma clara a sua autonomia institucional e a liberdade de expressão na defesa dos interesses dos seus Associados, gerindo de forma equilibrada as relações com os diferentes parceiros institucionais.

No plano do relacionamento com o Poder Local, assume particular relevância a ligação com a Câmara Municipal de Penafiel, entidade com a qual tem sido desenvolvido um trabalho de proximidade que tem permitido concretizar iniciativas e projetos relevantes para o desenvolvimento económico e social do concelho.

A relação institucional com a Autarquia pautou-se por uma atitude de diálogo construtivo, cooperação e respeito mútuo, tendo sido possível criar sinergias positivas entre as diferentes entidades que atuam no território. É igualmente justo reconhecer que a Câmara Municipal de Penafiel tem demonstrado, ao longo dos anos, uma postura de respeito institucional e colaboração com a Associação, facto que merece ser devidamente registado e estamos certos de que, com o novo Executivo que saiu eleito do passado ato eleitoral autárquico, esse relacionamento profícuo se vai manter e reforçar.

Este espírito de cooperação estendeu-se também ao relacionamento com as diversas Juntas de Freguesia do concelho, com particular destaque para a Junta de Freguesia de Penafiel, com a qual se tem mantido uma colaboração regular em várias iniciativas de interesse comum.

A AEP continuará sempre disponível para colaborar com todas as entidades que partilhem os princípios de responsabilidade, transparência e compromisso com o desenvolvimento do território. Contudo,

importa sublinhar que a cooperação institucional nunca deverá ser confundida com subserviência, mantendo a Associação uma posição de independência e autonomia na defesa dos interesses que representa.

Este posicionamento tem contribuído para consolidar uma cultura institucional assente na capacidade de transformar dificuldades em oportunidades e de enfrentar desafios através do diálogo construtivo com os parceiros institucionais.

No relacionamento com o IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, designadamente através da Delegação Regional do Norte e dos Centros de Emprego de Penafiel, Valongo e Amarante, foi igualmente possível manter uma relação de trabalho sólida e produtiva. Esta cooperação permitiu consolidar o papel da AEP enquanto Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT) no apoio à criação do próprio emprego.

No domínio da formação profissional, a confiança demonstrada pelo IEFP relativamente à capacidade técnica da Associação tem sido constante ao longo dos anos, apesar de 2025 ter apresentado dificuldades acrescidas na atribuição de formação do Sistema de Aprendizagem, situação que com grande competência da estrutura da AEP foi possível ultrapassar com sucesso e garantir assim a continuidade da aplicação desta Medida tão importante no nosso território.

Este reconhecimento representa um estímulo adicional para que a AEP continue a desenvolver a sua atividade com rigor, profissionalismo e responsabilidade.

Também com diversas instituições do concelho e da região se manteve um relacionamento institucional próximo e cooperante. Entre estas entidades destacam-se, entre outras, a Santa Casa da Misericórdia, o Rotary Club de Penafiel, a Cruz Vermelha Portuguesa, a APADIMP, a ADISCREP, os Bombeiros Voluntários de Penafiel, o Futebol Clube de Penafiel, a Assembleia Penafidense, a Sociedade Columbófila, o ISCE Douro, a ESTG de Felgueiras, a CESPU, vários agrupamentos de escolas, a ACT, a Biblioteca Municipal e o Tribunal da Comarca Porto – Este, e tantas outras.

Com todas estas instituições procurou-se manter uma relação baseada na seriedade institucional, no cumprimento dos compromissos assumidos e na disponibilidade para participar em iniciativas e projetos conjuntos que contribuam para o desenvolvimento da comunidade.



Entre os protocolos e colaborações institucionais que se mantiveram ativos ao longo de 2025 e que continuam a ter impacto direto na atividade da Associação, destacam-se:

- ✓ IEFP – Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT) e Entidade Formadora Acreditada
- ✓ DGERT – Entidade Formadora Acreditada em 23 áreas de educação e formação
- ✓ CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa – Vice-Presidência
- ✓ ADERSOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa – Vice-Presidência
- ✓ CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Entidade associada e protocolada
- ✓ Conselho Consultivo da Associação Empresarial de Portugal – Membro
- ✓ Conselho Estratégico do Município de Penafiel – Membro
- ✓ CLAS – Conselho Local de Ação Social de Penafiel – Membro
- ✓ ANQEP – Centro Qualifica – Entidade acolhedora e executante
- ✓ Novo Rumo Norte – Entidade técnica do programa
- ✓ OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados – Entidade Formadora Acreditada
- ✓ ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Entidade Formadora Acreditada
- ✓ Escola Secundária de Penafiel – Membro do Conselho Geral

A AEP continuará a afirmar-se como uma instituição aberta à cooperação institucional, mantendo uma atitude de constante renovação e assumindo os desafios como oportunidades de desenvolvimento. O respeito pelos parceiros e a construção de projetos comuns continuarão a ser princípios orientadores da sua atuação.

5. Departamento de Contabilidade

Durante o ano de 2025, o número de Associados que mantiveram a elaboração da sua contabilidade no Departamento de Contabilidade da AEP, através da SCAEP – Unipessoal, Lda., não registou alterações significativas. Esta estabilidade permitiu assegurar a continuidade da atividade operacional do departamento e contribuir para o equilíbrio financeiro da sua estrutura.

Todos os Associados que confiaram à Associação a gestão das suas contabilidades, quer aqueles que já recorriam a este serviço em anos anteriores, quer os que passaram a fazê-lo durante o exercício de 2025, tiveram ao seu dispor um acompanhamento técnico rigoroso, assente em elevados padrões de profissionalismo e competência.



Aos Associados que recorrem aos serviços de contabilidade da Associação continuou a ser garantido um acompanhamento permanente e atento às suas necessidades, num contexto em que as exigências legais e fiscais se têm tornado cada vez mais complexas e frequentes.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo departamento destacam-se o encerramento anual das contas, o preenchimento e submissão das diversas declarações fiscais e respetivos anexos, a supervisão dos procedimentos declarativos perante a Segurança Social e as autoridades fiscais, bem como o processamento salarial e a organização do dossier fiscal das empresas. Adicionalmente, continuou a ser disponibilizada informação contabilística regular através da emissão de balancetes com periodicidade previamente definida, permitindo aos empresários acompanhar de forma sistemática a evolução da situação financeira das suas empresas.

Face à constante atualização da legislação fiscal e às exigências crescentes dos procedimentos administrativos relacionados, foi necessário assegurar uma permanente atualização dos conhecimentos técnicos por parte dos profissionais que integram este departamento, garantindo assim a qualidade e fiabilidade dos serviços prestados.

Deste modo, manteve-se ao dispor dos Associados um serviço que ao longo dos anos tem demonstrado elevados níveis de rigor e profissionalismo, constituindo um importante instrumento de apoio à gestão empresarial. Este apoio revela-se particularmente relevante para as pequenas empresas que não dispõem de estrutura interna capaz de assegurar este tipo de funções.







[Handwritten signatures in blue ink]

ou de Aceleração e teve como objetivo (amplamente atingido) de apoiar startups através de um programa estruturado de aceleração, orientado para a aproximação ao tecido empresarial, a validação de soluções e o desenvolvimento de competências críticas para o acesso a mercado, tendo no decurso do PEN-X Lab, sido dado acompanhamento a várias startups.



Importa ainda destacar a participação da AEP na execução do projeto Acelerar o Norte, iniciativa que conta com três recursos humanos afetos à sua implementação. Este projeto é desenvolvido em regime de consórcio, sendo liderado pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e contando com a participação da Associação Empresarial de Portugal, da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e da Associação da Economia Digital, com o objetivo de contribuir para a promoção da digitalização das empresas da região Norte e para o reforço da sua competitividade no contexto económico atual.

Foi ainda apresentada uma candidatura à tipologia de formação ação para empresários, aguardando-se com confiança a aprovação da candidatura durante o ano de 2026, o que a concretizar-se será mais uma oportunidade de intervenção qualificante junto das empresas da região.

Para além da atividade interna, o ano de 2025 ficou também marcado pelo acompanhamento de diversas candidaturas apresentadas por empresas associadas no âmbito dos programas de financiamento disponíveis, nomeadamente no Portugal 2030 e no PRR.



[Handwritten signatures in blue ink]

Em síntese, a atividade desenvolvida pelo Gabinete de Empresas e Projetos ao longo de 2025 confirmou a importância estratégica deste departamento no funcionamento da Associação. Para além de responder às necessidades crescentes das empresas associadas, esta estrutura constitui também uma relevante fonte de receitas próprias, contribuindo para reduzir a dependência financeira da Associação relativamente aos apoios Associados à formação profissional.



A consolidação da atividade e resultados deste gabinete ao longo do ano de 2025 foi de encontro ao verificado nos anos anteriores e que passa por dotar a estrutura orgânica da AEP com um departamento habilitado a poder corresponder às exigências crescentes dos empresários e, por outro lado, constituir uma importante fonte de receita para a Associação, minimizando a extrema dependência crónica dos apoios financeiros da formação profissional.

Este trabalho sustentado e regular permitiu a geração de uma importante fonte de receita para a Associação que, por si só, garante a rentabilidade operacional e financeira desta estrutura departamental que há vários anos se apresenta como superavitária.



7. Departamento Jurídico

O Gabinete Jurídico durante o ano de 2025 manteve o apoio de consultadoria jurídica aos Associados, bem como, naturalmente à AEP, e aos vários departamentos existentes na associação, incluindo ainda a SCAEP.

Numa tendência usual dos últimos anos o apoio aos departamentos da Associação (incluindo às solicitações da SCAEP – Unipessoal, Lda.) teve predominância relativamente a legislação associada ao direito de trabalho, bem como a manutenção da solicitação de minutas de contractos, nomeadamente contractos de trabalho, assim como informação legislativa para divulgação aos Associados.



O Gabinete agiu ainda no desenrolar de dossiers relevantes para a Associação.

No apoio direto aos Associados, frequentemente solicitado pela SCAEP, continuaram a destacar se pedidos relacionados com regulamentação coletiva de trabalho, contractos laborais, processos de desvinculação e esclarecimentos sobre a legislação aplicável à atividade empresarial.

Verificou se igualmente, ao longo de 2025, um interesse por informações e aconselhamento jurídico nas áreas de Direito Laboral, Comercial e Civil, reforçando a relevância e utilidade dos serviços prestados pelo Gabinete Jurídico.

No total, o Gabinete Jurídico respondeu a mais de uma centena de solicitações, abrangendo consultas jurídicas, elaboração de contractos e prestação de diversos esclarecimentos, evidenciando a crescente procura e a confiança depositada pela Associação e pelos seus Associados.



8. Departamento de Comunicação e Eventos

Este departamento em 2025 voltou a assumir-se como um dos mais visíveis da AEP, naturalmente por força sua vocação e esfera de atuação, mas também pela qualidade dos serviços praticados e eventos organizados, que conferem um importante fator de projeção e mediatização da Associação.



A atividade do departamento foi também bastante canalizada para a regular edição e publicação da revista **#INPUT**, Revista da AEP totalmente produzida pelos serviços internos que, continuando com um carácter de distribuição gratuito, se manteve um excelente veículo de divulgação institucional.

Ao nível da comunicação interna e externa consolidou-se a rotina da dinâmica de se estabelecer uma comunicação permanente, facto que, com certeza, levou a que o conhecimento externo de muitos dos serviços e valências da AEP se tenha traduzido no aumento de procura de informação e de esclarecimentos, nomeadamente junto do Departamento de Empresas e Projetos, do Departamento de Contabilidade, do Departamento de Formação e do Centro Qualifica. Foram disponibilizadas também, através dos seus canais de comunicação/promoção, as ofertas de trabalho dos seus Associados.



Ao nível das conferências/webinares, foram realizadas algumas sessões, que contaram com a colaboração do departamento, quer ao nível da divulgação, quer ao nível da preparação dos respetivos conteúdos gráficos:



- **Ação de sensibilização sobre o tema: Medidas de Apoio à Empregabilidade no Âmbito da Violência Doméstica**

23 de janeiro – Sessão de esclarecimento direcionada a empresários sobre as Medidas de apoio à empregabilidade no âmbito da Violência Doméstica, promovida pela CIM do Tâmega e Sousa e Instituto do Emprego e Formação Profissional, da Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima do Douro, Tâmega e Sousa.



- **Conferência “Violência contra a Mulher: Violência no Namoro, Ameaças na Internet e Reinserção Social da Vítima”**

7 de março - A sessão contou com a presença das oradores Ana Dores, psicóloga do Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo, Joana Ferreira, jurista e coordenadora da Rede Unidas CIM do Tâmega e Sousa, Andreia Silva e Anita Silva, psicóloga e Técnicas de apoio à vítima da estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica Janela Aberta Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica A plateia foi constituída pelos formandos a frequentar a Formação da AEP.

- **Gala de Entrega de Certificados e Diplomas Centro Qualifica relativo ao ano de 2024**

4 de abril – Cerimónia de Entrega de Certificados e Diplomas do Centro Qualifica relativos à conclusão dos processos de RVCC do ano anterior, que reuniu mais de uma centena de formandos e familiares que preencheram o auditório da Instituição e que comemoraram um momento festivo no seu percurso escolar e formativo. A música esteve a cargo da artista Penafidelense, Anabela Silva.

- **Sessão de entrega de Certificados e Diplomas da área da Formação**

23 de maio – Entrega de certificados e diplomas da área da formação da Associação Empresarial de Penafiel referente à conclusão de três cursos do sistema de aprendizagem (Técnico(a) de Comunicação e Serviço Digital 2, Técnico(a) Auxiliar de Saúde 6 e Técnico(a) Auxiliar de Saúde 7) do ano de 2024. No total, foram certificados 46 formandos, aos quais desejamos os maiores sucessos pessoais e profissionais.



- **Evento de Matchmaking do programa PEN-X Lab**

5 de junho – O PEN-X Lab, o novo programa de aceleração promovido pela Associação Empresarial de Penafiel, deu o pontapé de saída no passado dia 5 de junho, com um evento de matchmaking que reuniu 15 startups nacionais e 4 empresas líderes do tecido económico regional: Aveleda, Silva & Vinha, M. Cunha e Nortenha. O evento decorreu na Quinta da Aveleda, proporcionando um ambiente inspirador para conversas estratégicas entre empreendedores e decisores empresariais. Ao longo do dia, as startups participaram em sessões de speed meeting, onde apresentaram soluções inovadoras para os desafios reais colocados pelas empresas, no âmbito da Twin Transition.
- **Sessão Programa PEN-X Lab no Museu Municipal de Penafiel**

15 de setembro – Foram apresentadas soluções desenvolvidas lado a lado com as empresas locais que são referência nos seus setores: Aveleda, M. Cunha S.A., Nortenha Pneus & Serviços e Silva & Vinha S.A. Durante meses, startups e empresas trabalharam em conjunto para responder a desafios concretos da Twin Transition — digital e sustentável — mostrando que a inovação pode nascer da proximidade e gerar impacto direto no território.
- **Workshop de Cibersegurança "Demonstração de Ataques Informáticos"**

7 (presencial) e 20 de Novembro (online) - Organizado numa parceria com a network:cccnorte foi destinado a todos os empresários da região do Tâmega e Sousa. O objetivo consistiu em apresentar os riscos e soluções para a presença das empresas na internet, bem como diagnosticar a maturidade das empresas presentes.
- **Receção aos Formandos dos Cursos do Sistema de Aprendizagem**

28 de novembro - Receção aos novos formandos da Associação Empresarial de Penafiel do curso do Sistema de Aprendizagem de Técnico/a Auxiliar de Saúde.,
- **Acelerar o Norte – Workshops de capacitação**

Em 2025 a equipa de o projeto Acelerar o Norte continuou a organizar workshops de capacitação aos empresários no auditório da Instituição, reunindo mais de cinco dezenas de empresários nos mesmos. Organizou, ainda, outros workshops de capacitação em regime de itinerância nas instalações de entidades parceiras.

Ao nível dos eventos de rua de promoção da atividade empresarial, foram realizados os seguintes eventos:

- **Flores & Sabores '25**, realizado no primeiro fim de semana de maio, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel no centro histórico de Penafiel, a 15ª edição deste certame teve como foco principal a festa da flor com exposição de plantas e flores pela cidade, montras em flor no comércio local uma mostra de doces regionais, exposição de artesanato, várias exposições temáticas e ainda diversas animações de rua.



- **Penafiel Passeio d'Moda '25**, foi realizado a 6 de junho, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel. Esta edição, que contou com 20 estabelecimentos, voltou ao centro histórico de Penafiel com o objetivo de cativar a atenção da comunidade e divulgar as novidades da coleção de primavera/verão em vestuário, calçado e acessórios, demonstrando a qualidade da oferta disponível no comércio local;









- Agrival 2025**, realizada em finais de agosto, na qual a AEP marcou presença com o seu espaço institucional com enfoque nos cursos de Formação Profissional da AEP. De salientar que o espaço mereceu honras de visita do Senhor Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, e da sua comitiva, além de ter recebido igualmente outras personalidades de destaque da área política, social e empresarial.



- 15ª Feira da Saúde**, realizada em meados de setembro que contou com mais de 20 entidades ligadas ao setor da saúde e bem-estar, sob o tema “Saúde Estética: o Impacto na Vida Social e Profissional” e teve como objetivo promover e divulgar os serviços deste âmbito disponibilizados no concelho de Penafiel, com sessões de informação e rastreios gratuitos à população em geral.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'E', 'P', 'M', and 'G'.

- **Concurso Gastronómico “Petiscando” em Penafiel ‘25**, que decorreu durante o mês de outubro e que envolveu 15 estabelecimentos aderentes com o objetivo de promover e divulgar a Gastronomia do Concelho junto da população em geral;



- **Penafiel Cidade Natal ‘25**, realizado durante o mês de dezembro, numa organização conjunta entre a Associação Empresarial de Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel, englobou a presença do Pai Natal diariamente na Praça de Natal, o regresso do Comboio Mágico, as iniciativas de rua, a música no comércio local e o Concurso de Montras de Natal “A Minha Montra é que é!”. Realizou-se ainda o concurso de “Compras no Comércio Local vão dar prémios neste Natal”. As atividades de natal culminaram com a realização da Gala do Comércio Local de Penafiel para a atribuição dos prémios das várias iniciativas de natal.



9. Auditório

O Auditório da AEP continuou, ao longo de 2025, a evidenciar características que lhe conferem uma posição diferenciadora, sobretudo pela sua capacidade de lotação e pelas condições técnicas e de conforto que oferece.



Estas características, associadas ao bom estado de conservação das instalações e dos equipamentos disponíveis, contribuíram para que o espaço registasse um elevado nível de utilização ao longo do ano. Para além das atividades promovidas internamente pela Associação, o auditório acolheu também diversas iniciativas organizadas por entidades da sociedade civil, de âmbito local e regional, que continuam a reconhecer neste espaço uma referência para a realização de eventos.

Importa referir que o nível de receitas geradas não acompanhou diretamente o volume de utilização do espaço, uma vez que muitas das iniciativas realizadas estiveram associadas a causas sociais ou solidárias, circunstância que, de acordo com o regulamento em vigor, implicou a cedência gratuita das instalações.

No plano interno, o auditório manteve a sua utilização regular pelos vários departamentos da Associação, nomeadamente para atividades relacionadas com os cursos de formação e outras iniciativas institucionais.

Entre os eventos realizados destacam-se a Assembleia Geral da AEP e diversas sessões de divulgação e seminários relativos a projetos próprios da instituição.



10. Departamento de Formação

O Plano de Formação de 2025 contemplou o desenvolvimento dos seguintes projetos formativos financiados:

- Tipologia de Operação: Cursos do Sistema de Aprendizagem;
- Tipologia de Formação: Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
- Tipologia de Formação: Formação Emprego + Digital e;
- Tipologia de Formação: Formações Modulares Certificadas.



No âmbito da formação não financiada ao longo de 2025 a AEP realizou ações de formação nas seguintes modalidades:

- Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação.

O estreito relacionamento institucional com o IEFP, através Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto resulta na continuidade de apresentação de candidaturas a concursos para a realização das suas ações de formação nas nossas instalações.

Relativamente ao Sistema de Aprendizagem iniciou 1 nova ação na área da saúde.

Em parceria com o Centro de Formação Profissional e Emprego do Porto continuam a decorrer 2 ações do Sistema de Aprendizagem na área do Desporto e Serviço de Apoio a Crianças e Jovens.

No âmbito da Tipologia de operação - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Iniciou 3 Cursos um de nível básico, um de nível secundário e um na vertente profissional.

A AEP apresentou no final de 2025 ao COMPETE 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital no âmbito do SIQRH - Formação empresarial conjunta - Comércio e Serviços uma candidatura destinada à Formação de ativos - empresários, gestores e trabalhadores – de micro, pequenas e médias empresas dos setores do comércio e dos serviços abrangendo um total de 10 empresas tendo como organismo intermédio Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI).



Projetos Executados – Financiados

Tipologia de Operação: 3.1- Cursos do Sistema de Aprendizagem

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a Auxiliar de Saúde 8 - 3º ano	2025	12	959	10556
2	Técnico/a Auxiliar de Saúde 9 - 3º ano	2025	7	955	6312
3	Técnico/a Comercial 7 - 3º ano	2025	15	775	11071
4	Técnico/a de Informática - Sistemas 5 - 3º ano	2025	18	799	13820
5	Cabeleireiro/a 1 - 3º ano	2025	18	1043	17425
6	Cabeleireiro/a 2 - 2º ano	2025	17	981	15443
7	Cabeleireiro/a 2 - 3º ano	2025	16	391	6081
8	Técnico/a Auxiliar de Saúde 10 - 2º ano	2025	15	965	13267
9	Técnico/a Auxiliar de Saúde 10 - 3º ano	2025	14	409	5091
10	Técnico/a de Contabilidade 1- 2º ano	2025	13	943	11531
11	Técnico/a de Contabilidade 1- 3º ano	2025	12	431	5008
12	Técnico/a de Informática - Sistemas 6 - 2º ano	2025	19	968	14908
13	Técnico/a de Informática - Sistemas 6 - 3º ano	2025	15	432	6125
14	Técnico/a de Informática - Sistemas 7 - 1º ano	2025	19	920	16077
15	Técnico/a de Informática - Sistemas 7 - 2º ano	2025	17	455	7580
16	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 3 - 1ºano	2025	17	879	13301
17	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 3 - 2ºano	2025	15	502	7268
18	Técnico/a Auxiliar de Saúde 11 - 1º ano	2025	15	933	14132

19	Técnico/a Auxiliar de Saúde 11 - 2º ano	2025	15	437	6276
20	Técnico/a de Ação Educativa 1 - 2º ano	2025	19	870	15268
21	Técnico/a de Ação Educativa 1 - 3º ano	2025	18	479	8448
22	Técnico/a Auxiliar de Saúde 12 - 2º ano	2025	20	80	1409

Tipologia de Operação: - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico Auxiliar de Saúde	2025	17	384	6340
2	Técnico Auxiliar de Saúde - PRO	2025	17	392	6043
3	Cuidador de Crianças e Jovens	2025	17	88	1293

Tipologia de Operação: Formação Emprego + Digital

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	9148 -Marketing pessoal e marketing digital	2025	15	25	375
2	10784-Gestão da presença empresarial nas redes sociais	2025	15	50	750
3	10784 - Gestão da presença empresarial nas redes sociais	2025	15	50	750
4	9224 -Sistemas digitais e gestão documental	2025	15	25	375
5	0778 - Folha de cálculo	2025	15	50	750
6	9224 - Sistemas digitais e gestão documental	2025	15	25	375
7	9226 - Gestão de informação do cliente	2025	15	25	375

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8	9226 - Gestão de informação do cliente	2025	15	25	375
9	0444 - E-marketing - tecnologias de informação e comunicação	2025	15	50	750
10	0382 - Gestão do tempo e organização do trabalho	2025	15	25	375
11	0757 - Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	2025	15	25	375
12	0780 - Aplicações de gestão administrativa	2025	15	50	742
13	0780 - Aplicações de gestão administrativa	2025	15	50	741
14	0755 - Processador de texto - funcionalidades avançadas	2025	15	25	375
15	0767 - Internet - navegação	2025	15	25	375
16	9206 - Comunicação escrita – serviço ao cliente	2025	15	50	741
17	9206 - Comunicação escrita – serviço ao cliente	2025	15	50	747
18	9047 - Sistemas informáticos aplicados à atividade comercial	2025	15	50	735
19	Extra CNQ 2 Design de Apresentações Visuais com Canva para Negócios	2025	15	30	444
20	Extra CNQ 1 - Comunicação Digital na Educação	2025	15	30	441
21	0695 - Gestão informatizada de documentos	2025	15	50	739
22	7846 - Informática - noções básicas	2025	15	50	750
23	Extra CNQ 3 - Ética e Segurança Digital	2025	15	30	444
24	Extra CNQ 7- Gestão de Comércio Eletrónico e Marketplaces	2025	15	30	450
25	9047- Sistemas informáticos aplicados à atividade comercial	2025	15	50	744
26	9047- Sistemas informáticos aplicados à atividade comercial	2025	15	50	738
27	0695 - Gestão informatizada de documentos	2025	15	50	750
28	6395 - Aplicações informáticas de gestão - área salários/contabilidade	2025	15	25	375

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

29	9047 - Sistemas informáticos aplicados à atividade comercial	2025	15	50	750
30	Extra CNQ 9 - Introdução à Cibersegurança e Privacidade Online	2025	15	30	438
31	Extra CNQ 8 - Gestão de Redes Sociais para Profissionais	2025	15	30	438
32	0693 - Gestão de correio eletrónico e pesquisa de informação na web	2025	15	25	375
33	Extra CNQ 14 - Aperfeiçoamento e Aquisição de Novos Conceitos de Processador de Texto	2025	15	30	450
34	0693 - Gestão de correio eletrónico e pesquisa de informação na web	2025	15	25	375
35	Extra CNQ 13 - Aperfeiçoamento e Aquisição de Novos Conceitos de Excel	2025	15	30	450
36	7846 - Informática - noções básicas	2025	15	50	744
37	9047 - Sistemas informáticos aplicados à atividade comercial	2025	15	50	750
38	0822 - Gestão e organização da informação	2025	15	35	375
39	Extra CNQ 10 - Introdução ao Uso de Aplicações de Produtividade	2025	15	30	444
40	Extra CNQ 4 - Folha de Cálculo para Controle de Stocks	2025	15	30	450
41	Extra CNQ 15 - Competências Digitais para o Contexto Profissional	2025	15	30	444
42	Extra CNQ 11 - Processador de Texto para Gestão de Atendimento ao Cliente	2025	15	30	447
43	5449 - Software de gestão de pessoal	2025	15	25	354
44	0693 - Gestão de correio eletrónico e pesquisa de informação na web	2025	15	25	375
45	Extra CNQ 21- Introdução ao Uso de Aplicações de Produtividade	2025	15	30	444
46	Extra CNQ 19 - Inteligência Artificial - Ferramentas Focadas na Produtividade	2025	15	30	447
47	Extra CNQ 17 - Facebook Marketing - Anúncios para Empresas	2025	15	30	447
48	Extra CNQ 5 - Folha de Cálculo para Gestão das Vendas	2025	15	30	447
49	Extra CNQ 18 - Folha de Cálculo Aplicada à Gestão de Empresas	2025	15	30	447



50	9226 - Gestão de informação do cliente	2025	15	25	375
51	0645 - Escritório eletrónico - segurança e partilha de ficheiros	2025	15	50	750
52	Extra CNQ 20 - Inteligência Artificial - Otimização de Tarefas e Funções	2025	15	30	447
53	Extra CNQ 22 - Plataformas Digitais - Gestão, Tecnologia e Inovação	2025	15	30	450
54	Extra CNQ 6 - Gestão da Correspondência Comercial com Processador de Texto	2025	15	30	447
55	Extra CNQ 24 - POWER BI - Base de Dados	2025	15	30	450
56	Extra CNQ 12 - Processador de Texto para Gestão de Encomendas e Pedidos	2025	15	30	441
57	Extra CNQ 23 Plataformas Digitais de Recursos	2025	15	30	444
58	Extra CNQ 16 - Criação de Dashboards Dinâmicos com POWER BI	2025	15	30	441

Tipologia de Operação: Formações Modulares Certificadas

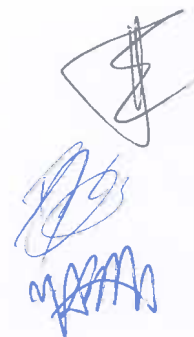
Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	7843 - Técnicas de negociação e venda	2025	20	50	1000
2	5436 - Liderança e motivação de equipas	2025	20	50	992
3	8975 - Oportunidades para jovens	2025	20	50	1000
4	9225 - Língua inglesa – comunicação e serviço ao cliente não presencial	2025	19	50	782
5	0190 - Arranjos florais e adornos para datas festivas	2025	19	50	868
6	0435 - Gestão da comunicação de marketing	2025	20	50	991
7	1531 - Gestão de conflitos	2025	20	25	500
8	4651 - Gestão de stress e gestão de conflitos	2025	20	25	500



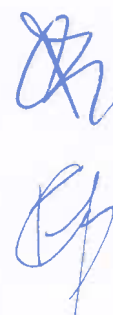
9	0768 - Criação de sites WEB	2025	16	50	553
10	0445 - Estratégias de e-marketing	2025	20	50	988
11	9225 - Língua inglesa – comunicação e serviço ao cliente não presencial	2025	15	50	455
12	1602 - Gestão de reclamações e conflitos com clientes/fornecedores	2025	20	50	992
13	5440 - Comunicação interpessoal e assertividade	2025	16	25	379
14	5440 - Comunicação interpessoal e assertividade	2025	18	25	450
15	9208 - Inteligência emocional	2025	19	25	439
16	0365 - Marketing mix	2025	20	50	1000
17	5440 - Comunicação interpessoal e assertividade	2025	22	50	1092
18	10390 - Domínios e estratégias de intervenção em crianças e jovens	2025	20	25	500
19	7851 - Aprovisionamento, logística e gestão de stocks	2025	20	50	1000
20	7851 - Aprovisionamento, logística e gestão de stocks	2025	17	50	850
21	0649 - Estrutura e comunicação organizacional	2025	28	50	1369
22	6559 - Comunicação na prestação de cuidados de saúde	2025	20	50	906
23	10319 - Liderança e coaching	2025	23	25	537
24	9123 - Técnicas de aprovisionamento e inventário	2025	20	25	500
25	10759 - Teletrabalho	2025	20	25	500
26	2020 - Gestão do aprovisionamento	2025	19	25	475
27	2020 - Gestão do aprovisionamento	2025	16	25	400
28	0612 - Noções básicas de gestão técnica de Recursos Humanos	2025	27	50	1350



29	0649 - Estrutura e comunicação organizacional	2025	19	50	950
30	9049 - Gestão de situações de crise	2025	21	25	525
31	0704 - Atendimento - técnicas de comunicação	2025	20	25	500
32	10784 - Gestão da presença empresarial nas redes sociais	2025	17	50	792
33	0714 - Qualidade e aspetos comportamentais	2025	20	50	989
34	0357 - Reclamações - tratamento e encaminhamento	2025	27	50	1346
35	7557 - Técnicas comerciais e de vendas	2025	19	50	936
36	3553 - Saúde mental na 3.ª idade	2025	21	25	525
37	0382 - Gestão do tempo e organização do trabalho	2025	20	25	497
38	0416 - Inventário	2025	21	50	1050
39	0194 - Decoração de espaços interiores e exteriores	2025	23	50	1107
40	4264 - Expressão plástica - técnicas e materiais	2025	21	25	525
41	0626 - Posto de trabalho - organização e gestão	2025	20	25	500
42	6560 - Comunicação na interação com o utente, cuidador e/ou família	2025	20	50	1000
43	0778 - Folha de cálculo	2025	18	50	798
44	0372 - Comércio - evolução e modelos organizacionais	2025	29	25	725
45	10333 - Fundamentos de segurança no trabalho	2025	20	50	989
46	1386 - Bases de comunicação de dados	2025	21	25	525
47	3837 - Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho	2025	20	50	988
48	0649 - Estrutura e comunicação organizacional	2025	20	50	1000



49	0404 - Organização pessoal e gestão do tempo	2025	21	25	525
50	3837 - Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho	2025	24	50	1136
51	3837 - Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho	2025	17	50	844
52	3837 - Ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho	2025	20	50	1000
53	10654 - Crescimento e desenvolvimento na infância	2025	20	50	991
54	0695 - Gestão informatizada de documentos	2025	26	50	1300
55	3315 - Nutrição e dietética	2025	26	25	623
56	3413 - Organização da manutenção em hotelaria	2025	21	25	525
57	3539 - Deontologia e ética profissional no apoio à comunidade	2025	19	25	475
58	3421 - Organização da manutenção - elaboração de relatórios	2025	21	25	525





Projetos Executados - Não Financiados
Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 13	2025	12	90	1080
2	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 14	2025	12	90	1080
3	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 15	2025	12	90	1080



No ano de 2025 o Departamento de Formação desenvolveu todas as atividades que tinha inicialmente previstas.

Os formandos participaram em algumas conferências e seminários, efetuaram visitas de estudo relacionadas com as temáticas dos respetivos cursos.

No âmbito dos Cursos do Sistema de Aprendizagem foi efetuada uma Sessão Solene de Entrega de diplomas aos formandos dos Cursos Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2, Técnico/a Auxiliar de Saúde 6 e Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 que concluíram o seu percurso formativo.



11. Centro Qualifica

O Centro Qualifica da AEP entrou durante o ano de 2025 no nono ano da sua existência e na execução da quinta operação aprovada pela ANQEP, que se prolongará até ao final do ano de 2026.

Neste ano foi mantida a dinâmica de desenvolvimento de processos de RVCC em regime presencial, que se aliou também ao trabalho à distância, sempre que se justificou e se mostrou mais vantajoso para os candidatos.

No exercício de 2025 o Centro Qualifica da AEP continuou a ter um papel estruturante no reforço da qualificação escolar e profissional da região, contribuindo assim de uma forma decisiva para o aumento da empregabilidade e para a inclusão social de muitos adultos.



O desenvolvimento de processos de RVCC escolar tornou-se preponderante no cumprimento deste objetivo, pois pessoas mais qualificadas tiveram, não raras vezes, oportunidades mais favoráveis de acesso ao mercado de trabalho ou de promoção e melhoria das condições existentes permitindo, também, a criação das condições de acesso ao ensino superior, visando um adicional e subsequente aumento da qualificação, numa metodologia de trabalho à distância que exigiu muita capacidade de adaptação, mas que produziu resultados gratificantes.

Em relação aos objetivos propostos no plano estratégico, eles foram globalmente cumpridos, nomeadamente no que diz respeito à meta dos inscritos, dos encaminhados, das certificações globais e parciais, traduzida nas seguintes componentes acumuladas:



Resultados acumulados obtidos em 31-12-2025 (ano civil)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	22	1	23
Encaminhado	94	764	858
Em Reconhecimento	46	5	51
Certificado	77	17	94



Estes números traduzem que mais sete mil pessoas recorreram ao nosso Centro Qualifica desde a sua existência, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, responsabiliza.



Sempre com uma postura profissional de toda a sua equipa, e com dedicação, compromisso e muita persistência, o Centro Qualifica da AEP apresentou índices de desempenho que deve satisfazer todos os intervenientes e, estamos certos, que tal desempenho em muito contribuiu para que a AEP, no quadro do Plano Estratégico de

Intervenção para o próximo triénio, tenha desenvolvido um trabalho que lhe permitirá ver prolongada a sua autorização de acolhimento e funcionamento do Centro Qualifica.

Mas o que mais continuamos a relevar – muito mais do que metas mensuráveis – é a convicção de que foi realizado um trabalho sério e rigoroso, assente em princípios de honestidade, de independência e de isenção e de acordo com todas as orientações da ANQEP e conforme a legislação em vigor aplicável. E esse é o “rótulo” de que mais nos orgulhamos e acreditamos piamente que, para todos os adultos e jovens que passaram ou ainda estão no nosso Centro Qualifica, é essa a imagem que passou e que fica.

[Handwritten signatures]

E como corolário do reconhecimento de todo este trabalho competente e sério, o Centro Qualifica da Associação Empresarial de Penafiel foi um dos 3 escolhidos, a nível nacional, como um exemplo de boas práticas na qualificação de adultos, para integrar a iniciativa Roteiro do Pessoas 2030 e da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional ANQEP - Agência



[Handwritten signatures]

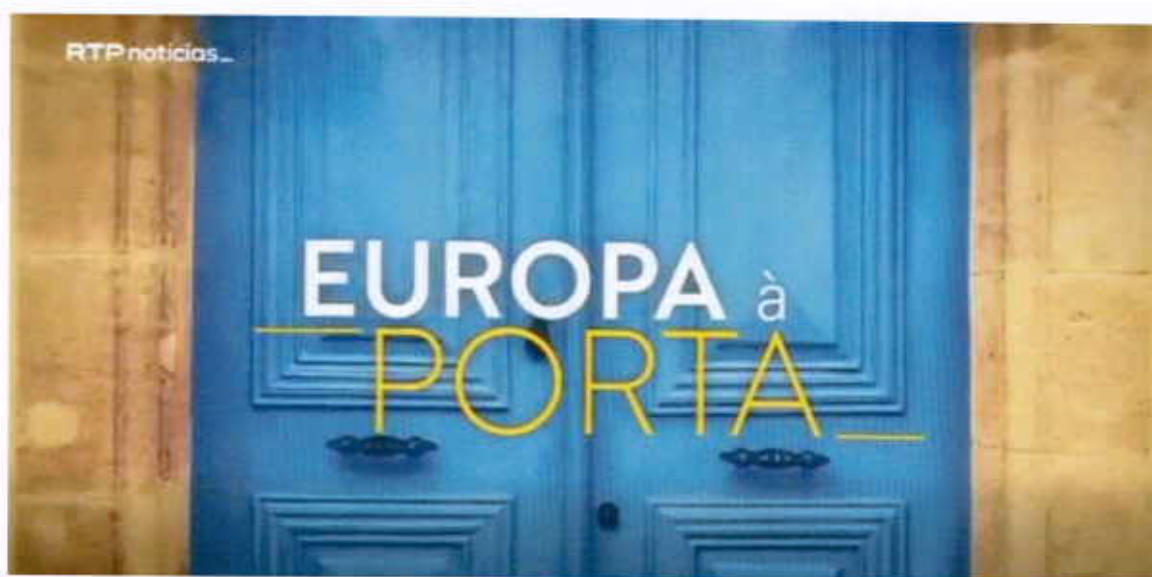
Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional pelos Centros Qualifica, que pretendeu reforçar o papel estratégico dos Centros Qualifica na aprendizagem ao longo da vida, na empregabilidade e na coesão social, destacando o impacto transformador da formação e certificação de adultos na vida das pessoas e no desenvolvimento do país, escolha essa que resultou do caminho de sucesso que tem feito desde 2017, tendo mostrado através de testemunhos reais o impacto da formação na vida adulta, tendo ainda sido uma das entidades participantes no painel de oradores do evento Anual do Programa Pessoas 2030, que decorreu em Évora.



[Handwritten signature]

Também o programa da RTP Notícias "Europa à Porta" passou pelo Centro Qualifica Associação Empresarial de Penafiel para dar a conhecer o trabalho aqui desenvolvido e o impacto que tem nos candidatos que investem na sua qualificação, tendo dado destaque a essa reportagem na sua programação.

[Handwritten signature]



É um facto indesmentível que, tal como tentamos agir no território, também o trabalho em rede entre todos os atores do Programa Qualifica é uma variável indispensável para a garantia do sucesso desta medida. Os objetivos a todos são comuns, pelo que o contributo de todos torna menos difícil atingir o ponto de chegada. Os destaques resultantes destas envolvências do nosso Centro Qualifica – envoltas num importante mediatismo e projeção – decorrem precisamente da postura de valorizar um trabalho em rede com os vários agentes que interagem neste projeto



12. Notas Finais

O ano de 2025 foi marcado por um contexto particularmente exigente, caracterizado por diversos desafios económicos e sociais que tiveram impacto direto na atividade empresarial e associativa. Ainda assim, esta Direção da Associação procurou responder de forma ativa e responsável às necessidades dos seus Associados e da comunidade empresarial local.

Ao longo do ano, a AEP manteve o seu compromisso de proximidade com os empresários, promovendo iniciativas de apoio, dinamização económica e qualificação, bem como o reforço do diálogo com entidades públicas e privadas relevantes para o desenvolvimento do território.

A diversidade de atividades desenvolvidas e projetos implementados reflete o empenho da Direção, dos colaboradores e de todos os parceiros institucionais que contribuíram para a concretização do plano de atividades definido. Este esforço coletivo permitiu continuar a afirmar a Associação como um agente ativo na promoção e valorização do tecido empresarial do concelho e da região.

Importa igualmente destacar o papel dos Associados, cuja participação e confiança são fundamentais para a sustentabilidade e crescimento da instituição. O seu envolvimento nas diversas iniciativas promovidas constitui um incentivo permanente para a continuação do trabalho desenvolvido.

A Direção expressa, por isso, o seu reconhecimento a todos quantos, de diferentes formas, colaboraram com a Associação ao longo do ano, nomeadamente Associados, colaboradores, formadores, entidades parceiras e organismos públicos.

Com sentido de responsabilidade e visão de futuro, a Associação Empresarial de Penafiel continuará empenhada em reforçar o apoio ao tecido empresarial, promover a qualificação dos recursos humanos e contribuir para o desenvolvimento económico e social do concelho.

Por último, propomos que o resultado líquido do exercício no montante de **296.027,43€** (duzentos e noventa e seis mil, vinte e sete euros e quarenta e três cêntimos) seja levado à Conta Resultados Transitados.

Penafiel, 16 de março de 2025

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
Vasco António Bessa de Melo
Pedro José Gomes de Melo
Pedro Cunha
Francisco Alves Gomes

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

Francisco Alves Gomes



13. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia vinte e sete de março de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas, reuniram-se na secretaria da AEP – Associação Empresarial de Penafiel os membros do Conselho Fiscal para, no cumprimento do mandato que V.as Ex.as nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, examinarmos os livros, registos contabilísticos e demais documentação da AEP – Associação Empresarial de Penafiel, em zelo pela observância da Lei e Estatutos, e solicitámos à Direção os elementos, informações e documentos que, em nosso entendimento, julgados necessários.

O Conselho Fiscal tem procedido à fiscalização da atividade da Associação, vigilância da observância da Lei e dos Estatutos, verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte documental que se entendeu necessário, tendo os serviços responsáveis pela área da contabilidade fornecido, de forma diligente, todos os elementos por nós solicitados.

Nesta análise documental não constatámos desconformidades com compromisso e legislação em vigor, no que diz respeito ao arquivo documental e organização contabilística.

Numa análise global da Demonstração de Resultados e do Balanço à data de 31 de dezembro de 2025, verifica-se um aumento dos rendimentos em relação ao exercício antecedente, que foi acompanhado de um aumento inferior dos gastos, o que gerou um resultado líquido bastante positivo e consideravelmente superior ao do último exercício.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, procedeu ainda à fiscalização do processo de preparação, de divulgação da informação financeira e revisão dos documentos de prestação de contas da Associação, para o exercício em análise e, com base no trabalho efetuado, somos a concluir que a referida informação está isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, pelo que refletem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da AEP – Associação Empresarial de Penafiel.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal registou o esforço que a Direção da AEP – Associação Empresarial de Penafiel desenvolveu para assegurar a estabilidade e melhoria financeira da Associação, que resultou

numa clara melhoria da credibilidade e solidez da Associação, e reitera a importância da continuidade da prossecução das medidas que visem a melhoria e estabilidade da situação económica e financeira da Associação.

Em conclusão, face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe:

1. Considerando a conformidade documental e organização contabilística com as normas atuais em vigor, somos da opinião que o Relatório de Atividades da Direção, as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2025 apresentadas pela Direção, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentada, devem ser aprovados pela digníssima Assembleia Geral;
2. Que seja atribuído um voto de louvor à Direção e colaboradores, pela dinâmica e trabalhos realizados durante o seu mandato, pela forma e empenho que conduziu os destinos da Associação durante este mandato.

À consideração da Assembleia Geral.

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso – Sócio n.º 281.

Secretário: José Manuel Farias Rodrigues – Sócio n.º 280.

Relator: Gustavo Fonseca Carvalhão Sousa – em representação do Sócio n.º 641, Eleserv - Solutions Unip. Lda.



[Handwritten signatures in blue ink]

14. Documentos Contabilísticos

Ano fiscal: 2025

Todas as contas

Do período: Apuramento

ao período: Apuramento

Todos os centros de custo.

Balancete Razão (Sintético)

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			38,180.72	29,378.68	8,802.04	
12	DEPOSITOS A ORDEM			3,912,431.79	2,562,003.10	1,350,428.69	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	3,950,612.51	2,591,381.78	1,359,230.73	0.00
21	CLIENTES			149,846.25	109,198.29	40,647.96	
23	PESSOAL			345,019.26	344,928.28	90.98	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		73,716.97	503,885.92	595,429.95		91,544.03
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			48,050.00	41,885.00	6,165.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			6,927,164.23	3,775,050.73	3,152,113.50	
28	DIFERIMENTOS			2,341,569.00	5,710,248.89		3,368,679.89
	Total da classe de conta: 2	0.00	73,716.97	10,315,534.66	10,576,741.14	3,199,017.44	3,460,223.92
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,481.65		63,481.65	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			2,723,810.98	1,830,053.54	893,757.44	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			59,248.04	59,248.04		
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			18,794.65		18,794.65	
	Total da classe de conta: 4	0.00	0.00	2,865,335.32	1,889,301.58	976,033.74	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				1,169,737.21		1,169,737.21
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			48,050.85	183,529.96		135,479.11
	Total da classe de conta: 5	0.00	0.00	48,050.85	1,826,081.41	0.00	1,778,030.56
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS		1,331,702.31	1,333,879.00	1,333,879.00		
63	GASTOS COM O PESSOAL		499,802.39	567,721.06	567,721.06		
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		41,467.34	41,467.34	41,467.34		
65	PERDAS POR IMPARIDADE		8,652.50	8,652.50	8,652.50		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS		35,787.38	35,810.20	35,810.20		
	Total da classe de conta: 6	0.00	1,917,411.92	1,987,530.10	1,987,530.10	0.00	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	103,432.94		103,865.44	103,865.44		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2,144,880.23		2,144,880.23	2,144,880.23		
76	REVERSÕES	30.00		30.00	30.00		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	38,762.06		38,762.06	38,762.06		
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.	51.09		51.09	51.09		
	Total da classe de conta: 7	2,287,156.32	0.00	2,287,588.82	2,287,588.82	0.00	0.00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5,402,725.92	5,698,753.35	5,584,199.66	5,880,227.09		296,027.43
	Total da classe de conta: 8	5,402,725.92	5,698,753.35	5,584,199.66	5,880,227.09	0.00	296,027.43
	Total:	7,689,882.24	7,689,882.24	27,038,851.92	27,038,851.92	5,534,281.91	5,534,281.91

Ano fiscal: 2025

Todas as contas

Do período: Regularizações ao período: Regularizações

Todos os centros de custo.

Balancete Razão (Sintético)

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			38,180.72	29,378.68	8,802.04	
12	DEPOSITOS A ORDEM			3,912,431.79	2,562,003.10	1,350,428.69	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	3,950,612.51	2,591,381.78	1,359,230.73	0.00
21	CLIENTES	14.75	6,273.00	149,846.25	109,198.29	40,647.96	
23	PESSOAL			345,019.26	344,928.28	90.98	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS			503,885.92	521,712.98		17,827.06
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS	8,660.00	17,305.00	48,050.00	41,885.00	6,165.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	70,007.80	62,018.45	6,927,164.23	3,775,050.73	3,152,113.50	
28	DIFERIMENTOS		1,907.94	2,341,569.00	5,710,248.89		3,368,679.89
	Total da classe de conta: 2	78,682.56	87,504.39	10,315,534.66	10,503,024.17	3,199,017.44	3,386,506.95
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,481.65		63,481.65	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		41,393.68	2,723,810.98	1,830,053.54	893,757.44	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS		73.66	59,248.04	59,248.04		
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			18,794.65		18,794.65	
	Total da classe de conta: 4	0.00	41,467.34	2,865,335.32	1,889,301.58	976,033.74	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				1,169,737.21		1,169,737.21
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9,948.26	2,089.13	48,050.85	183,529.96		135,479.11
	Total da classe de conta: 5	9,948.26	2,089.13	48,050.85	1,826,081.41	0.00	1,778,030.56
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	1,903.14		1,333,879.00	2,176.69	1,331,702.31	
63	GASTOS COM O PESSOAL	62,018.45	67,918.67	567,721.06	67,918.67	499,802.39	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	41,467.34		41,467.34		41,467.34	
65	PERDAS POR IMPARIDADE	8,652.50		8,652.50		8,652.50	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	6,277.80		35,810.20	22.82	35,787.38	
	Total da classe de conta: 6	120,319.23	67,918.67	1,987,530.10	70,118.18	1,917,411.92	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS			432.50	103,865.44		103,432.94
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO				2,144,880.23		2,144,880.23
76	REVERSÕES				30.00		30.00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		9,970.52		38,762.06		38,762.06
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.				51.09		51.09
	Total da classe de conta: 7	0.00	9,970.52	432.50	2,287,588.82	0.00	2,287,156.32
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			181,473.74	181,473.74		
	Total da classe de conta: 8	0.00	0.00	181,473.74	181,473.74	0.00	0.00
	Total:	208,950.05	208,950.05	19,348,969.68	19,348,969.68	7,451,693.83	7,451,693.83

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Sede: Rua do Paço, nº 33, Penafiel
Pessoa Coletiva nº 500968730



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

BALANÇO

31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2025	31 dez 2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	912.552,09	921.763,28
Ativos intangíveis	5	-	73,66
Investimentos financeiros	7	63.481,65	63.481,65
		<u>976.033,74</u>	<u>985.318,59</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	6,7	3.314.561,06	846.028,70
Estado e outros entes públicos	11	3.079,63	17.628,62
Associados	7	6.225,00	11.467,50
Diferimentos		4.590,23	3.096,51
Outros ativos correntes	7	771,78	22.029,93
Caixa e depósitos bancários		1.359.230,73	698.611,51
		<u>4.688.458,43</u>	<u>1.598.862,77</u>
Total do ativo		<u>5.664.492,17</u>	<u>2.584.181,36</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7	160.023,07	160.023,07
Resultados transitados	7	1.169.737,21	988.263,47
Excedentes de revalorização	7	312.791,17	312.791,17
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	7	135.479,11	143.338,24
		<u>1.778.030,56</u>	<u>1.604.415,95</u>
Resultado líquido do período	11	296.027,43	181.473,74
Total dos fundos patrimoniais		<u>2.074.057,99</u>	<u>1.785.889,69</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar	7	36.013,46	38.102,59
		<u>36.013,46</u>	<u>38.102,59</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	11	94.623,66	76.210,74
Associados		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos	6	3.373.270,12	600.630,60
Outras dívidas a pagar	7	86.526,94	83.347,74
		<u>3.554.420,72</u>	<u>760.189,08</u>
Total do passivo		<u>3.590.434,18</u>	<u>798.291,67</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>5.664.492,17</u>	<u>2.584.181,36</u>

O Contabilista Certificado

Dulce Silva

A Direção

[Assinatura]
António Bento de Melo
Pedro Carlos
Francisco Alves Gomes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	11	103.432,94	81.805,99
Subsídios, doações e legados à exploração	6	2.144.880,23	1.966.987,37
Fornecimentos e serviços externos	11	(1.331.702,31)	(1.304.655,47)
Gastos com o pessoal	8	(499.802,39)	(476.328,37)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(8.622,50)	-
Outros rendimentos	11	38.813,15	40.500,12
Outros gastos	11	(35.787,38)	(37.718,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		411.211,74	270.591,52
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(41.467,34)	(43.348,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		369.744,40	227.243,44
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		369.744,40	227.243,44
Imposto sobre o rendimento do período		(73.716,97)	(45.769,70)
Resultado líquido do período		296.027,43	181.473,74

O Contabilista Certificado

A Direção

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

Sede: Rua do Paço, nº 33, Penafiel
Pessoa Coletiva nº 500968730



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL
Instituição de Utilidade Pública

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		140.530,95	92.471,86
Recebimentos de subsídios		2.449.090,65	2.005.225,67
Pagamentos de bolsas		(526.026,55)	(603.721,58)
Pagamentos a fornecedores		(817.477,77)	(749.056,39)
Pagamentos ao pessoal		(376.146,28)	(394.409,68)
Caixa gerada pelas operações		869.971,00	350.509,88
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(45.769,70)	(49.991,47)
Outros recebimentos/pagamentos		(127.146,02)	(68.484,16)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		697.055,28	232.034,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(36.487,15)	(22.926,92)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		51,09	50,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(36.436,06)	(22.875,97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de fundos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Redução de fundos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		660.619,22	209.158,28
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		698.611,51	489.453,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.359.230,73	698.611,51

O Contabilista Certificado

Dulce Silva

A Direção

[Assinatura]
Patrícia Antónia Barros de Melo
Pedro António Barros de Melo
Pedro Cunha
Francisco Alves Gomes

BALANÇOS HISTÓRICOS DA EMPRESA

Un: Euros

Un: Euros

Rubricas	Código SNC	2023		2024		2025	
Activo							
1. Activo não corrente		1 009 773	46,66%	985 318	35,67%	976 034	16,11%
1.1 Activos fixos tangíveis	43	€ 945 997	46,66%	€ 921 763	35,67%	€ 912 522	16,11%
1.2 Activos fixos intangíveis	44	€ 295	0,01%	€ 74	0,00%	€ 0	0,00%
1.3 Participações financeiras - M.E.P	41	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.4 Outros investimentos financeiros	41	€ 63 481	3,13%	€ 63 481		€ 63 482	1,12%
2. Existências	31 a 39	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
3. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21, 22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Contas a receber e a pagar - Curto prazo		€ 525 494	0,00%	€ 897 155	0,00%	€ 3 324 637	0,00%
4.1. Clientes	21	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2. Outros	228, 24 a 27	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2.1. Fundadores/ beneméritos/associados		€ 9 178		€ 11 467		€ 6 225	
4.2.2. Estado e Outros Entes Públicos		€ 44 982		€ 17 629		€ 3 080	
4.2.3. Outras contas a receber		€ 471 334		€ 868 059		€ 3 315 333	
5. Depósitos à ordem/Outros instr. financeiros/Caixa	11 a 14	€ 489 453	24,14%	€ 698 611	27,03%	€ 1 359 231	24,00%
6. Diferimentos	281 e 282	€ 2 730	0,13%	€ 3 097	0,12%	€ 4 590	0,08%
7. Total do Activo (1+2+3+4+5+6)		€ 2 027 450	100,00%	€ 2 584 181	100,00%	€ 5 664 492	100,00%
Fundos Patrimoniais e Passivo							
8. Fundos	51,52,54	€ 160 023	7,89%	€ 160 023	6,19%	€ 160 023	2,83%
9. Outros instrumentos de Capital Próprio	53	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Reservas + Resultados Transitados	55 a 59	€ 1 256 941	62,00%	€ 1 444 392	55,89%	€ 1 618 007	28,56%
10.1. Excedentes de Reavaliação		€ 312 791		€ 312 791		€ 312 791	
10.2. Outras Reservas		€ 0		€ 0		€ 0	
10.3. Resultados Transitados		€ 792 953		€ 988 263		€ 1 169 737	
10.4. Outras Variações		€ 0		€ 0		€ 0	
10.5. Ajust./ outras var. nos fundos patrimoniais		€ 151 197		€ 143 338		€ 135 479	
11. Resultados Líquidos do Exercício	81	€ 195 311	9,63%	€ 181 474	7,02%	€ 296 027	5,23%
12. Dividendos Antecipados	89	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
13. Total dos fundos patrimoniais (9+10+11+12)		€ 1 612 275	79,52%	€ 1 785 889	69,11%	€ 2 074 058	36,62%
Passivo							
14. Provisões	29	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21 a 27	€ 40 192	1,98%	€ 38 102	1,47%	€ 36 013	0,64%
15.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.2 Dívidas a Sócios (Suprimentos)	26	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.3 Outras Dívidas	21,22,24,27	€ 40 192	1,98%	€ 38 102	1,47%	€ 36 013	0,64%
16. Contas a receber e a pagar - Curto Prazo	21 a 26,12	€ 165 893	8,18%	€ 159 559	6,17%	€ 181 151	3,20%
16.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25,12	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.2 Fornecedores	22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.3 Estado e outros entes públicos	24	€ 69 806	3,44%	€ 76 211	2,95%	€ 94 624	1,67%
16.4 Outras Dívidas	21,25,26	€ 96 087	4,74%	€ 83 348	3,23%	€ 86 527	1,53%
16.4.1. Outros Empréstimos Obtidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.2. Accionistas (sócios)		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.3. Outros Credores		€ 96 087	4,74%	€ 83 348	3,23%	€ 86 527	1,53%
17. Diferimentos	282	€ 209 090	10,31%	€ 600 631	23,24%	€ 3 373 270	59,55%
17.1. Acréscimos de Custos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
17.2. Rendimentos a reconhecer		€ 209 090	10,31%	€ 600 631	23,24%	€ 3 373 270	59,55%
17.2. Outros rendimentos diferidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
19. Total do Passivo (15+16+17+18)		€ 415 175	20,48%	€ 798 292	30,89%	€ 3 590 434	63,38%
20. Total dos fundos patrimoniais e do passivo (14+19)		€ 2 027 450	100,00%	€ 2 584 181	100,00%	€ 5 664 492	100,00%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
 Vasco António Bessa de Melo
 Pedro José Gomes de Melo
 Pedro Miguel Sequeira e Cunha
 Francisco Alves Gomes

[Assinatura]
 Vasco António Bessa de Melo
 Pedro José Gomes de Melo
 Pedro Miguel Sequeira e Cunha
 Francisco Alves Gomes

A Contabilista Certificada

Dr.ª Dulce Sofia Monteiro da Silva

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS HISTÓRICOS

Rubricas	Cód SNC	2023		2024		2025	
Rendimentos							
1. Vendas (líquidas)	71	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.1. Mercado Interno		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.2. Mercado Externo		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
2. Prestações de Serviços	72	€ 43 010	1,82%	€ 81 806	3,92%	€ 103 433	4,52%
3. Variação nos Inventários de Produção	73	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Trabalhos para a Propria Entidade	74	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
5. Subsidio à Exploração	75	€ 2 232 253	94,29%	€ 1 966 987	94,15%	€ 2 144 880	93,78%
6. Reversões	76	€ 300	0,01%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
7. Ganhos por Aumento de Justo Valor	77	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
8. Outros Rendimentos e Ganhos	78	€ 91 933	3,88%	€ 40 449	1,94%	€ 38 813	1,70%
9. Juros Dividendos e outros Rendimentos Similares	79	€ 0	0,00%	€ 51	0,00%	€ 0	0,00%
10. Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9)		€ 2 367 496	100,00%	€ 2 089 293	100,00%	€ 2 287 126	100,00%
Gastos							
11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	61	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.1 Origem Interna		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.2 Origem Externa		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12. Fornecimentos e Serviços Externos	62	€ 1 559 672	65,88%	€ 1 304 655	14,58%	€ 1 331 702	49,44%
12.1. Subcontratos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12.2. Serviços Especializados		€ 1 372 910	57,99%	€ 1 114 549	5,48%	€ 1 082 108	47,31%
12.3. Materiais		€ 30 834	1,30%	€ 27 548	1,32%	€ 27 864	1,22%
12.4. Energias e Fluidos		€ 13 851	0,59%	€ 15 621	0,75%	€ 20 684	0,90%
12.5. Deslocações, Estadas e Transportes		€ 27 364	1,16%	€ 10 093	0,48%	€ 13 068	0,57%
12.6. Serviços Diversos		€ 114 713	4,85%	€ 136 845	6,55%	€ 187 978	8,22%
13. Gastos com o Pessoal	63	€ 479 646	20,26%	€ 476 328	22,80%	€ 499 802	21,85%
14. Gastos de Depreciação e de Amortização	64	€ 47 056	1,99%	€ 43 348	2,07%	€ 41 467	1,81%
15. Perdas por Imparidade	65	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 8 623	0,38%
16. Perdas por Redução do Justo Valor	66	€ 0	1,45%	€ 0	1,81%	€ 0	0,00%
17. Provisões do Período	67	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
18. Outros Gastos e Perdas	68	€ 34 425	1,45%	€ 37 718	1,81%	€ 35 787	1,56%
19. Total (11+12+13+14+15+16+17+18)		€ 2 120 799	100,00%	€ 1 862 049	89,12%	€ 1 917 382	83,83%
19. Rest antes Encargos Financiamento e Impostos(10-18)		€ 246 697	10,42%	€ 227 244	10,88%	€ 369 744	16,17%
20. Gastos e Perdas de Financiamento	69	€ 1 395	0,06%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.1 de Funcionamento		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.2 de Financiamento		€ 1 395	0,06%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
21. Resultados Antes do Imposto (19-20)		€ 245 302	15,73%	€ 227 244	10,88%	€ 369 744	16,17%
23. Imposto sobre o Rendimento do Período		€ 4 992	0,32%	€ 45 770	2,19%	€ 73 717	3,22%
24. Resultado Líquido do Período (10-18-20-22-24)	81	€ 240 310	10,15%	€ 181 474	8,69%	€ 296 027	12,94%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

Francisco Alves Gomes

A Contabilista Certificada

Drª Dulce Sofia Monteiro da Silva

Vasco António Bessa de Melo

Dulce Sofia

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
Pedro Cunha
Francisco Alves Gomes



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Empresarial de Penafiel** (“Associação” ou “AEP”), fundada em 1892, é uma entidade centenária de duração ilimitada e sem fins lucrativos que, desde a década de 60 até aos dias de hoje, mantém a sua Sede oficial na Rua do Paço 33, em pleno Centro Histórico da Cidade de Penafiel, estando os principais serviços ao dispor dos seus Associados nas instalações sitas na Rua D. António Ferreira Gomes. A AEP tem por objetivo a representação e defesa dos interesses da atividade empresarial e dos seus associados, tendo em vista o respetivo progresso técnico, económico e social.

Como reconhecimento público da sua importância e capacidade interventora, a Autarquia decidiu atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Concelho, em 3 de Março de 1993, e o Governo Central distinguiu-a com o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, em 20 de Outubro de 1993.

Para a prossecução dos seus fins estatutários, uma das principais atribuições da AEP é assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção dos seus serviços técnicos nas áreas que se revelam de interesse, nomeadamente na área Jurídica, Económica e Fiscal.

Os associados da AEP têm, assim, à sua disposição, diversos serviços departamentais para lhes prestar apoio técnico, todos assegurados por um quadro de técnicos especializados, aptos a fornecer-lhes todas as informações que considerem necessárias e úteis.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- **Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;**
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho,



designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

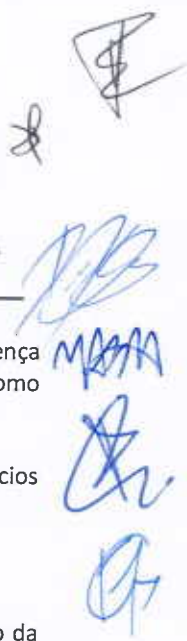
f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica “Outros ativos financeiros”, correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

i) Rédito

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Associação, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

j) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

k) Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das atividades desenvolvidas no âmbito do seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de atividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Neste caso, a Associação encontra-se sujeita à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda,

eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros. Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho da Associação.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8	12,50% - 33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2025							TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	Investimentos em curso	
Quantia escriturada bruta:								
Saldo em 31.12.2024	312.796,17	1.353.795,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	416.064,19	-	2.710.423,14
Adições	-	9.118,00	1.300,00	-	-	2.969,84	18.794,65	32.182,49
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	312.796,17	1.362.913,03	111.552,12	15.362,85	502.152,78	419.034,03	18.794,65	2.742.605,63
Depreciações acumuladas:								
Saldo em 31.12.2024	-	(792.864,36)	(109.408,53)	(15.362,85)	(502.152,78)	(368.871,34)	-	(1.788.659,86)
Adições	-	(26.218,81)	(2.143,59)	-	-	(13.031,28)	-	(41.393,68)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	-	(819.083,17)	(111.552,12)	(15.362,85)	(502.152,78)	(381.902,62)	-	(1.830.053,54)
Quantia escriturada	312.796,17	543.829,86	0,00	-	0,00	37.131,41	18.794,65	912.552,09

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em euros)



	2024							TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	Investimentos em curso	
Quantia escriturada bruta:								
Saldo em 31.12.2023	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	406.395,77	-	2.691.529,72
Adições	-	9.225,00	-	-	-	9.668,42	-	18.893,42
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	312.796,17	1.353.795,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	416.064,19	-	2.710.423,14
Depreciações acumuladas:								
Saldo em 31.12.2023	-	(765.704,90)	(105.895,67)	(13.122,43)	(502.152,78)	(358.657,09)	-	(1.745.532,87)
Adições	-	(27.159,46)	(3.512,86)	(2.240,42)	-	(10.214,25)	-	(43.126,99)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	(792.864,36)	(109.408,53)	(15.362,85)	(502.152,78)	(368.871,34)	-	(1.788.659,86)
Quantia escriturada	312.796,17	560.930,67	843,59	-	-	47.192,85	-	921.763,28

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Vidas úteis

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis taxa de amortização médias:

	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2025		
	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	TOTAL
Quantia escriturada bruta:			
Saldo em 31.12.2023	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Adições	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 31.12.2023	(1.031,19)	(46.672,10)	(47.703,29)
Adições	(294,75)	-	(294,75)
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	(1.325,94)	(46.672,10)	(47.998,04)
Quantia escriturada	-	-	-

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2025 e 2024, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2025			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	02/01/2025	31/12/2025	16.872,95	-	-	1.023.905,52
Centros Qualifica	POCH	01/01/2024	31/12/2026	173.852,83	185.771,15	-	189.854,35
Medida Formação Emprego + Digital 165/D+/24	IEFP	04/10/2024	30/09/2025	-	-	-	204.249,00
Modulares - Pessoas FSE 01074100	PESSOAS2030	01/07/2024	30/06/2027	696.201,25	621.256,77	-	305.004,06
Vales para Incubadoras e Aceleradoras	IAPMEI	01/01/2025	30/09/2025	24.219,70	-	-	136.719,70
EFA - Pessoas-FSE+-01852000	PESSOAS2030	27/01/2025	26/01/2028	2.361.716,37	2.534.479,20	-	89.650,10
Comparticipação eventos	CMPenafiel	01/01/2025	31/12/2025	-	-	-	15.000,00
ERASMUS +		01/01/2025	31/12/2025	-	31.763,00	-	63.482,60
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	-	-	-	-	-	113.568,55
Estágio	IEFP	-	-	-	-	-	3.446,35
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	171.492,57	9.948,26
				3.272.863,10	3.373.270,12	171.492,57	2.154.828,49

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2024			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	02/01/2024	31/12/2024	111.577,62	-	-	1.050.009,94
Centros Qualifica	POCH	01/01/2024	31/12/2026	497.106,40	375.625,50	-	176.714,95
Emprego + Digital	IEFP	01/07/2023	31/03/2024	-	-	-	200.016,50
Programa Qualifica Indústria	IEFP	15/01/2024	22/03/2024	-	-	-	320.616,60
Medida Formação Emprego + Digital 165/D+/24	IEFP	04/10/2024	30/09/2025	195.749,98	225.005,10	-	5.289,00
Comparticipação eventos	CMPenafiel	01/01/2024	31/12/2024	-	-	-	22.500,00
ERASMUS +		01/01/2024	31/12/2024	-	-	-	11.215,29
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	-	-	-	-	-	173.997,23
Estágio	IEFP	-	-	-	-	-	6.627,86
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	181.440,83	9.948,26
				804.434,00	600.630,60	181.440,83	1.976.935,63

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em euros)



7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2025			31.12.2024		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
SCAEP, Unipessoal, Lda	56.505,90	-	56.505,90	56.505,90	-	56.505,90
Fundo de compensação do trabalho	5.975,75	-	5.975,75	5.975,75	-	5.975,75
Outros	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Investimentos financeiros	63.481,65	-	63.481,65	63.481,65	-	63.481,65
Clientes, c/c	41.697,96	-	41.697,96	41.594,70	-	41.594,70
Subsídios	3.272.863,10	-	3.272.863,10	804.434,00	-	804.434,00
Créditos a receber	3.314.561,06	-	3.314.561,06	846.028,70	-	846.028,70
Associados, c/c	6.225,00	-	6.225,00	11.467,50	-	11.467,50
Associados, cobrança duvidosa	19.730,00	(19.730,00)	-	11.107,50	(11.107,50)	-
Associados	25.955,00	(19.730,00)	6.225,00	22.575,00	(11.107,50)	11.467,50
Outros devedores	771,78	-	771,78	22.029,93	-	22.029,93
Outros ativos correntes	771,78	-	771,78	22.029,93	-	22.029,93

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2025			31.12.2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Ajustamentos em subsídios	-	36.013,46	36.013,46	-	38.102,59	38.102,59
Credores por acréscimos de gastos	62.018,45	-	62.018,45	67.918,67	-	67.918,67
Fornecedores de investimentos	3.639,00	-	3.639,00	8.499,00	-	8.499,00
Outros credores	20.869,49	-	20.869,49	6.930,07	-	6.930,07
Outras dívidas a pagar	86.526,94	36.013,46	122.540,40	83.347,74	38.102,59	121.450,33

7.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

Rubricas	Fundos	31.12.2025				
		Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2025	160.023,07	988.263,47	312.791,17	143.338,24	181.473,74	1.785.889,69
Aplicação do Resultado líquido do período	-	181.473,74	-	-	(181.473,74)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,13)	296.027,43	288.168,30
Posição em 31 de dezembro de 2025	160.023,07	1.169.737,21	312.791,17	135.479,11	296.027,43	2.074.057,99

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)



Rubricas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	31.12.2024		Total
				Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição em 1 de janeiro de 2024	160.023,07	792.952,95	312.791,17	151.197,37	195.310,52	1.612.275,08
Aplicação do Resultado líquido do período	-	195.310,52	-	-	(195.310,52)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,14)	181.473,74	173.614,60
Posição em 31 de dezembro de 2024	160.023,07	988.263,47	312.791,17	143.338,24	181.473,74	1.785.889,69

Os excedentes de revalorização são referentes a reavaliação de terreno decorrente de diploma legal em 1994.

8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

8.1 Número médio de empregados durante o período

	2025	2024
Início do período	20	23
Fim do período	21	20
Média do período	21	22

8.2 Gastos com o pessoal

	2025	2024
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	414.312,63	395.294,18
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos com segurança social		
Remunerações do pessoal	85.489,76	81.034,19
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
	499.802,39	476.328,37

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

9.1 Autorização para emissão

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Direção em 10 de março de 2026.

9.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em euros)



10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

11. OUTRAS DIVULGAÇÕES

11.1 Partes relacionadas

Partes relacionadas

Empresas Subsidiárias

SCAEP, Unipessoal, Lda

No período, a Associação prestou serviços no montante de 7.200 euros à SCAEP.

11.2 Vendas e serviços prestados

	2025	2024
Quotas	16.227,50	15.042,80
Jóias	335,00	437,50
Aluguer de instalações	19.837,00	11.800,49
Formação	4.517,31	3.565,00
Arrendamento	3.300,00	3.717,50
Prestações de serviços	56.280,00	45.695,44
Outros	2.936,13	1.547,26
	103.432,94	81.805,99

11.3 Estado e outros entes públicos

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o valor acrescentado	3.079,63	17.628,62
Total ativo	3.079,63	17.628,62

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
IRC a pagar	68.726,69	42.801,33
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	16.577,90	22.197,92
Imposto sobre o valor acrescentado	-	3.226,06
Contribuições para a Segurança Social	9.319,07	7.985,43
Total passivo	94.623,66	76.210,74

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em euros)



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and several illegible signatures.]

11.4 Fornecimentos e serviços externos

	2025	2024
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	28.182,83	29.745,30
Publicidade e propaganda	3.538,88	1.530,74
Bolsas - formandos	528.568,75	603.721,58
Honorários - formadores	496.883,90	460.666,90
Honorários - outros	4.400,00	3.600,00
Conservação e reparação	10.092,65	5.730,52
Serviços bancários	10.440,89	9.546,02
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19.469,48	15.759,02
Livros e documentação técnica	45,00	917,28
Material de escritório	8.349,56	10.871,36
Artigos para oferta	-	-
Energia e fluídos		
Eletricidade	18.510,35	11.861,12
Combustíveis	697,14	2.294,27
Água	1.296,19	1.325,39
Outros	180,64	140,05
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	13.067,98	10.093,02
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	4.117,08	9.552,84
Comunicação	6.853,80	7.581,10
Seguros	16.498,75	12.868,86
Limpeza, higiene e conforto	3.461,73	4.340,54
Projetos	66.551,64	13.903,89
Outros serviços	90.495,07	88.605,67
	1.331.702,31	1.304.655,47

11.5 Outros rendimentos

	2025	2024
Bar	17.737,46	17.950,96
Alugueres	2.200,00	2.170,00
Estudos, projetos, parcerias	2.100,00	6.674,00
Donativos	-	90,00
Imputação de subsídios para investimentos	9.948,26	9.948,26
Outros	6.827,43	3.666,90
	38.813,15	40.500,12

11.6 Outros gastos

	2025	2024
Impostos e taxas	385,27	1.152,59
IVA regularizado por variação da Afetação Real	3.149,41	3.226,06
Dívidas incobráveis	6.273,00	-
Outros		
Quotizações	2.252,50	2.515,00
Correções relativas a períodos anteriores	249,31	746,98
Bar (compras)	21.839,45	21.995,58
Outros	1.638,44	8.081,91
	35.787,38	37.718,12


11.7 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 296.027,43 euros, a Direção propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:


- Resultados transitados: 296.027,43 euros

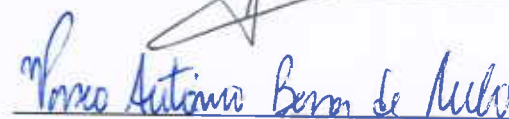
Penafiel, 10 de março de 2026

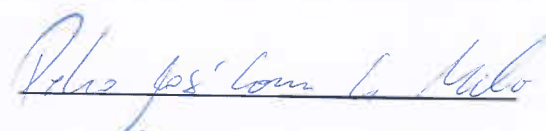
O Contabilista Certificado



A Direção











[Handwritten signatures in blue ink]

15. Relatório de Auditoria



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.664.492 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.074.058 euros, incluindo um resultado líquido de 296.027 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2026

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338